REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 131/2013
Dispõe sobre a proibição da venda, reprodução e criação de animais em Pet Shops no Município de Salvador, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º Fica proibida a venda, reprodução e criação de animais em Pet Shops no Município de Salvador.

§ 1º A reprodução, criação e venda de animais no Município de Salvador é livre, desde que obedecidas as regras estabelecidas nesta Lei e legislação federal vigente.

§ 2º A reprodução de animais destinados ao comércio só poderá ser realizada por estabelecimentos regularmente registrados nos órgãos competentes, conforme determinações da presente Lei.

§ 3º Os estabelecimentos autorizados à venda são:

I - canis;

II - gatis;

III - criatórios específicos para outras espécies, como porquinho da índia, hamster, chinchila, gerbil, entre outros.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais no Município de Salvador destinados à venda, criação ou reprodução animal, como canis, gatis e criatórios específicos de cada espécie, só poderão funcionar mediante Alvará de Funcionamento e Viabilidade de Localização, expedidos pelo órgão municipal competente.

§ 1º A Licença ou o Alvará de Funcionamento e a Viabilidade de Localização, expedidos pelo órgão municipal competente, estarão condicionadas ao prévio cadastramento do interessado no Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária – CMVS, na Confederação Brasileira de Cinofilia.

§ 2º Os estabelecimentos, independente da destinação, venda, criação ou reprodução, deverão estar atentos ao bem-estar do animal, que consiste em:

I - garantir atendimento às necessidades físicas, mentais e naturais dos animais;

II - permitir que o animal esteja livre de fome, sede e de nutrição deficiente;

III - não permitir o desconforto, a dor, lesões e doenças, medo e estresse;

IV - garantir que o animal expresse seu comportamento natural ou normal.

Art. 3º Os responsáveis pelos estabelecimentos destinados à venda, criação ou reprodução, como canis e gatis, devem requerer o cadastramento no CMVS por meio de formulário próprio, através do órgão competente da Vigilância Sanitária, apresentando, no ato do requerimento, guia de recolhimento de taxa porventura devida.

§ 1º Os canis, gatis e estabelecimentos específicos de cada raça que na data da publicação desta Lei já possuam Licença ou Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura do Município de Salvador, ou Licença Sanitária de Funcionamento expedida pelos órgãos estaduais de vigilância sanitária, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para requerer o cadastramento de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Todo canil, gatil e estabelecimento de cada espécie deve possuir médico veterinário como responsável técnico, devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV.

Art. 4º A inspeção sanitária inicial do estabelecimento realizar-se- á após requerido o cadastramento no CMVS, e, mediante laudo favorável, publicar-se-á, no Diário Oficial da Cidade, o número do respectivo cadastro.

§ 1º A publicação referida no *caput* deste artigo será feita no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão do laudo de inspeção sanitária favorável ao cadastramento, suspendendo-se sua fluência na hipótese de existirem exigências sanitárias pendentes de atendimento pelo interessado.

§ 2º A publicação de que trata o *caput* deste artigo dispensa a emissão de qualquer outro documento que comprove terem sido cadastrados, perante o (CMVS), os estabelecimentos ou equipamentos de interesse da saúde.

Art. 5º Os responsáveis pelos canis, gatis e demais criatórios devem, no ato da inspeção sanitária inicial, apresentar, visando ao cadastramento no CMVS, os seguintes documentos, além de outros documentos eventualmente

exigidos pelo órgão competente do Poder Executivo, na regulamentação da presente Lei:

I - cópia do contrato social devidamente registrado na Junta Comercial ou em cartório de registro de títulos e documentos;

II - cópia da declaração de firma individual registrada na Junta Comercial, no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - manual de boas práticas operacionais, procedimentos operacionais padrão ou manuais de rotinas e procedimentos, conforme as atividades desenvolvidas;

IV - cópia(s) do(s) contrato(s) de serviços terceirizados, registrado(s) em cartório de registro de títulos e documentos, do(s) qual(is) constem cláusulas que definam, clara e detalhadamente, as ações necessárias à garantia da qualidade do produto, do equipamento ou do serviço prestado, bem como dos ambientes interno e externo, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratante;

V - cópia do documento de comprovação de habilitação profissional e vínculo empregatício do médico-veterinário, responsável técnico pelo canil, gatil e demais criatórios;

VI - listagem de todo o plantel, se já existente, ou especificação do plantel que se pretende abrigar no local;

VII - projeto arquitetônico e executivo de todas as instalações, incluindo os alojamentos dos animais (canis, gatis e demais), sistema de tratamento dos efluentes, bem como protocolo das medidas e procedimentos sanitários;

VIII - documentação de veículos que porventura sejam utilizados no transporte dos animais, com a respectiva documentação do responsável por este transporte;

IX - outros eventuais documentos definidos em Portaria para situações específicas.

§ 1º A inspeção do estabelecimento deve, necessariamente, incluir também a inspeção dos alojamentos dos animais por médico-veterinário do órgão municipal responsável pelo controle de zoonoses, que emitirá laudo relativo ao bem-estar dos animais a serem alojados.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso IX deste artigo, os documentos complementares devem ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados de sua solicitação.

Art. 6º Os estabelecimentos cadastrados no CMVS devem comunicar quaisquer alterações de responsabilidade técnica ou de representação legal,

bem como alteração de endereço, modificações estruturais no estabelecimento, alterações no plantel de espécie ou raça, razão social, fusões, cisões ou incorporação societária e demais alterações pretendidas, diretamente ao órgão responsável pela coordenação da vigilância em saúde, apresentando os seguintes documentos:

I - formulário próprio;

II - cópia da rescisão contratual, quando se tratar de baixa de responsabilidade técnica;

III - cópia dos documentos de comprovação de habilitação profissional e de vínculo empregatício ou de prestação de serviço do novo responsável técnico;

IV - alteração do contrato social.

Art. 7º O prazo de validade do cadastramento é de 1 (um) ano, contado da data da publicação do respectivo número no Diário Oficial da Cidade.

Art. 8º Os canis e gatis devem atualizar seu cadastramento no CMVS por meio de formulário próprio, sob pena de cancelamento do respectivo número cadastral.

§ 1º Os estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo devem apresentar, juntamente com a solicitação de atualização de seu cadastro, o comprovante de recolhimento do preço público e da taxa porventura devidos.

§ 2º O cancelamento do número de cadastro deve ser publicado, com a respectiva justificativa legal, no Diário Oficial da Cidade.

§ 3º A reativação do número de cadastro deve obedecer aos procedimentos previstos nos artigos desta Lei.

Art. 9º Quando da atualização do cadastramento, o órgão responsável poderá proceder à vistoria sanitária no estabelecimento.

Art. 10. Sem prejuízo das responsabilizações civis e penais, aos infratores desta Lei serão aplicadas, alternativa ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - prestação de serviços compatíveis com ações vinculadas ao bem-estar animal e preservação do meio ambiente, de forma direta ou indireta;

III - multa determinada pelo órgão competente;

IV - apreensão de animais ou plantel;

V - interdição de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;

VI - inutilização de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;

VII - interdição parcial ou total do estabelecimento, seções, dependências e veículos;

VIII - proibição de propaganda;

IX - cassação da licença de funcionamento;

X - cancelamento do cadastro do estabelecimento e do veículo;

XI - fechamento administrativo.

§ 1º Os animais apreendidos, consoante previsão do inciso IV deste artigo, poderão ser:

a) reavidos pelo infrator no prazo de 3 (três) dias úteis, após recolhimento de taxa no montante de R$ 500,00 (quinhentos reais) por animal, indicação de local legalmente licenciado para a manutenção e comercialização do animal e apresentação dos documentos exigidos nos artigos desta lei;

b) encaminhados ao programa de adoção do órgão responsável pelo controle de zoonoses;

c) submetidos à eutanásia, no caso de apresentarem enfermidades graves ou doenças infectocontagiosas que acarretem sofrimento ao animal ou coloquem em risco a saúde de demais animais ou pessoas, mediante comprovação por laudo médico-veterinário do órgão responsável pelo controle de zoonoses.

§ 2º As multas previstas neste artigo devem ser reajustadas anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulado no exercício anterior, e, no caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por legislação federal que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 11. O objetivo desta Lei é descaracterizar os animais como produtos ou mercadorias, e reconhecê-los como seres vivos que merecem ser tratados como tal.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 13. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 24 de abril de 2013.

Kiki Bispo
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça e Redação Final

Eron Vasconcelos
Vice-Presidente

Alfredo Mangueira **Edvaldo Brito**

Geraldo Júnior **Leo Prates**

Waldir Pires